



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP

Apresentação: 20/05/2025 20:12:45.167 - PL261424
EMC 2731/2025 PL261424 => PL 2614/2024
EMC n.2731/2025

**COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO –
DECÊNIO 2024-2034**

PROJETO DE LEI Nº 2614/2024

Emenda modificativa ao Plano Nacional de
Educação, referente à Estratégia 8.10.

EMENDA MODIFICATIVA Nº

A Estratégia 8.10. passa a vigorar com a seguinte redação:

“Estratégia 8.10. Instituir política nacional de produção e distribuição de materiais didáticos, pedagógicos e literários para estudantes e profissionais do magistério, preferencialmente de autoria e com a participação das comunidades indígenas, quilombolas e do campo, das águas, das florestas e das instituições voltadas a essas comunidades, inclusive garantidos materiais na língua materna, respeitando o direito ao multilinguismo e a interculturalidade.”



Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 617 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tel (61) 3215-5617 | dep.professoralucienecavalcante@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://imforeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/> ou 0503-2594-2400
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Luciene Cavalcante



* C D 2 5 5 1 3 1 2 4 5 8 0 0 *



JUSTIFICATIVA

A versão ampliada da Estratégia 8.10 avança ao especificar que os materiais didáticos devem ser produzidos na língua materna das comunidades, garantindo assim o direito ao multilinguismo e interculturalidade como eixos centrais da política educacional. A inclusão explícita dessa previsão supera abordagens genéricas sobre participação comunitária, assegurando que os conhecimentos tradicionais sejam valorizados em suas próprias linguagens e códigos culturais. Ao vincular a produção de materiais ao direito linguístico, a estratégia enfrenta a histórica marginalização das línguas e dos saberes indígenas e quilombolas nos espaços escolares, promovendo uma educação verdadeiramente decolonial. Essa mudança reforça que a participação das comunidades não pode ser simbólica, mas deve resultar em materiais pedagógicos que reflitam suas cosmovisões, fortalecendo identidades e modos próprios de produção de conhecimento e de significantes. A estratégia assim materializa os princípios da educação diferenciada, transformando a escola em espaço de afirmação cultural e não de assimilação.

Ante o exposto, peço o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Comissões, de maio de 2025.

PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE
Deputada Federal - PSOL/SP

